

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 234/2022

A Universidade Federal de Santa Maria, por meio de seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 1.595, de 28 de setembro de 2021, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do **Tipo Maior Desconto** sobre o preço de catálogo (a incidir sobre cada unidade a ser adquirida), para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO IMPRESSO NACIONAL, DESTINADOS À BIBLIOTECA CENTRAL DA UFSM – CAMPUS SANTA MARIA**, especificado no item 2, de acordo com o que prescreve a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e em conformidade com o Decreto 10.024/2019 de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Instrução Normativa 03, de 26 de abril de 2018, e tendo em vista o que consta no Processo nº **23081.130522/2022-00**.

DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO:

DATA: **05/12/2022**

HORÁRIO: 09:00 Horas (horário de Brasília)

LOCAL: <https://www.gov.br/compras>

UASG: 153164

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Esta licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO IMPRESSO NACIONAL, DESTINADOS À BIBLIOTECA CENTRAL DA UFSM – CAMPUS SANTA MARIA**, constantes no Termo de Referência, em anexo ao presente Edital, que faz parte deste Edital, como se aqui estivesse transcrito.

2.1.1. Os descritivos e unidades a serem considerado na elaboração de proposta são os que constam no termo de referência emitido pela UFSM e devem ser os entregue a cada empenho pela licitante vencedora.

2.1.2. O objeto licitado será fornecido na UFSM pela Licitante Vencedora, mediante o recebimento da Nota de Empenho e as listas de livros respectivas, de acordo com o disposto neste Edital e condições expressas na proposta.

2.2. Objeto da presente licitação deverá ser realizado pela Licitante Vencedora e deverá ser entregue pela mesma no prazo máximo de 30 (trinta), dias consecutivos após o envio das Autorizações de Fornecimento dos livros, emitidas pela Biblioteca Central da UFSM.

2.3. Os produtos deverão ser entregues, em horário de atendimento da Biblioteca Central, localizado no Campus Universitário, Prédio 30, Bairro Camobi em Santa Maria/RS, conforme o Termo de Referência.

2.4. A licitante vencedora deverá efetuar a troca do(s) produto(s) que não atender(em) as especificações do objeto contratado no prazo de 30 dias consecutivos, a contar do envio da solicitação pela Biblioteca Central.

2.5. A licitante vencedora não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, fornecimento dos produtos em que trata o presente contrato, sob pena de rescisão contratual.

2.6. A UFSM poderá aumentar ou suprimir o objeto, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2. A licitante deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, na forma da Lei.

3.3. Como condição de participação da presente licitação, a licitante NÃO deverá:

A) possuir em seu quadro societário nenhum Servidor Público Federal, salvo na forma excetuada no Inciso X do artigo nº 117 da Lei 8.112/90.

B) possuir em seu quadro, atuando de forma direta ou indireta, nenhum servidor ou dirigente da UFSM, conforme dispõe o Inciso III do artigo 9º da Lei 8.666/93.

3.4 A licitante deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e seus anexos.

b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

e) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na



legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública. **O pregoeiro verificará online a ocorrência de registro de penalidades junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativas – CNJ, Lista de Inidôneos do TCU e Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.**

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e da senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio: <https://www.gov.br/compras>.

4.2. O credenciamento da Licitante dependerá de registro atualizado, bem como a sua manutenção, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores –SICAF.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFSM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão eletrônico.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9. A licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFSM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.10. A PROPOSTA DEVERÁ CONTER:

5.10.1. **O percentual de desconto ÚNICO, por item, ofertado sobre o preço de capa (preço constante no catálogo ou tabela da respectiva editora) para cada exemplar constituinte das áreas do conhecimento descrito no termo de referência em anexo.**

5.10.2. As propostas analisadas serão as incluídas exclusivamente no sítio do <https://www.gov.br/compras>. Propostas impressas não serão consideradas.

5.10.3. Especificação clara do objeto de acordo com o Termo de Referência em anexo ao presente Edital.

5.10.4. Nos preços de cada produto deverão estar incluídos, obrigatoriamente, impostos, fretes, taxas e demais incidências.

5.10.5. Na cotação de preços serão aceitos somente 02 (dois) dígitos após a vírgula.

5.10.6. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.10.7. A desclassificação da proposta será fundamentada, registrada e acompanhada em tempo, no sistema eletrônico.

5.10.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela UFSM por parte das licitantes pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso



IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da licitante vencedora ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, pelo sistema, o recebimento dos lances e o valor consignado no registro.

6.3.1. Os lances deverão ser ofertados para o valor total do item.

6.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.5. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.8 MODO DE DISPUTA

6.8.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.3.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão as licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o

máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.8.4.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.5. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

6.9. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos aos atos realizados.

6.10. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

6.11 Após o encerramento dos lances, se a proposta de menor valor não for ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

6.11.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

6.11.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 6.11 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

7. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Após a negociação, caso o menor preço ofertado seja superior ao máximo admitido pela UFSM, o mesmo não será aceito.



7.1.1. Caso não se realize lance, será verificado a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação, respeitado o estabelecido no subitem 7.1 deste edital.

7.2. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o **critério de maior percentual de desconto, por item, sobre o preço de capa** das publicações nacionais impressas, conforme os catálogos e/ou tabelas oficiais das respectivas editoras, constante no Termo de Referência, em anexo ao presente edital.

7.2.1. Como condição de aceitação, a licitante deverá apresentar um percentual de desconto de no mínimo 27% (vinte e sete por cento) para os itens do Termo de Referência. Caso a proposta de maior percentual de desconto, for superior a 36% (trinta e seis por cento), será exigido ao licitante que apresente uma planilha de exequibilidade da proposta.

7.3. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda as especificações deste edital.

7.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.10.1 deste edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.10. deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4.1. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.5. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposto no item 8 deste Edital.

7.6. A indicação do lance da vencedora, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão na ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, mediante a consulta on-line aos seguintes cadastros:

I) SICAF, nos níveis I, II e III;

II) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União

(<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. O(s) documento(s) elencado(s) abaixo deverá(ao) ser incluído(s) pela licitante em campo próprio do sistema eletrônico, no momento do envio da proposta:

I. A licitante deverá comprovar a sua qualificação e capacidade para desempenhar as atividades pertinentes ao objeto desta licitação e compatíveis em características, quantidades e prazo com o objeto desta licitação mediante atestado(s) expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em uma única via e em cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais. No mínimo, 01 (um) dos atestados deve apresentar, cumulativamente, valor de R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil reais) para o Item 1 do Termo de Referência, o que corresponde a 30% do seu valor, objeto semelhante ao quadro do Item 1 do Termo de Referência (ou seja, livros impressos de diversas áreas do conhecimento) e ser emitido por Instituição de Ensino Superior. No(s) atestado(s) apresentados deverá constar o nome da pessoa responsável e seu telefone de contato.

8.2. No caso de participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte na presente licitação, estas serão HABILITADAS mesmo que apresentarem alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, sendo que a regularidade da sua situação deverá ser efetuada nos moldes do subitem 8.2.1 deste edital, como condição de adjudicação.

8.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2.1.1. A prorrogação que se refere o subitem 8.2.1. deste edital, deverá ser solicitada pela licitante interessada, cujo prazo para o encaminhamento da solicitação, devidamente formalizada, deverá ser até a data final do primeiro período.

8.2.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.2.1 deste edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação, ou revogação da licitação.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

9.1. O prazo da homologação da presente licitação será no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir da data da adjudicação da presente licitação.

9.2. Após a homologação, o objeto especificado no item 2 deste Edital será deferido à licitante vencedora mediante Nota de Empenho.

9.2. Após a homologação do objeto do presente Pregão será deferida à Licitante Vencedora, mediante Contrato, sendo que a minuta dele integra o presente Edital como se nele estivesse transcrita.

9.3. A licitante vencedora terá prazo de 05 (cinco) dias para a assinatura do contrato, após a convocação feita pela UFSM, sob pena de decair o direito à contratação.



10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar, ao pregoeiro, esclarecimentos e/ou impugnar o edital, exclusivamente por meio eletrônico, no seguinte endereço: pregao@ufsm.br.

10.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido de esclarecimentos e/ou impugnação.

10.3. Acolhida a petição contra o Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do sistema e vincularão os participantes e a UFSM, nos casos em que a Administração julgar necessário.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três (03) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

12.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados nas seguintes rubricas para o UG 153623, FONTE 8100.000000, PT 169875, CLASSIFICAÇÃO 4.4.9.0.52.00.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pela unidade solicitante, acusando o recebimento, por parte do responsável pelo órgão solicitante/UFSM. O prazo para pagamento será de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias a partir da data de sua entrega na UFSM, desde que não haja impedimento legal.

13.1.1 Na nota fiscal deverá constar o número da Lista de Autorização de Fornecimento a que corresponde a entrega, e para cada título a respectiva editora.

13.2. O pagamento será atualizado monetariamente pela variação IPCA-E, ocorrida no período, a partir da data do prazo final do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento.

13.3. Não haverá reajustamento de preços nos primeiros 12 (doze) meses do Contrato, conforme determinam as Leis 9.069/95 e 10.192/2001.

13.4. Decorridos os 12 (doze) meses do Contrato, os preços serão reajustados baseados na variação do índice do IPCA-E do período.

13.5. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.5.1. A cessão de crédito dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.5.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada/licitante vencedora) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e art. 49 do Decreto 10.024/2019, a licitante que:

- 14.1.1. não assinar o contrato ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 14.1.2. apresentar documentação falsa;
- 14.1.3. não entregar a documentação exigida no edital;
- 14.1.4. apresentar documentação falsa;
- 14.1.5. causar o atraso na execução do objeto;
- 14.1.6. não manter a proposta;
- 14.1.7. falhar na execução do objeto;
- 14.1.8. fraudar a execução do objeto;
- 14.1.9. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.10. declarar informações falsas; e
- 14.1.11. cometer fraude fiscal.

14.2. As sanções do item acima também se aplicam ao convocado, não honrar o compromisso assumido injustificadamente.

14.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre



os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.4. A licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

14.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da licitante;

14.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

14.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

14.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessária à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e a Instrução Normativa da Secretaria Especial de Administração (SA) da Secretaria Geral (SG) da Presidência da República (PR) n. 01, de 23 de novembro de 2020.

14.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação, são as seguintes:

14.12.1. A multa em caso de atraso na entrega dos produtos/serviços solicitados será de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do produto não entregue.

14.12.1.1. A licitante vencedora incorrerá em atraso na entrega do objeto licitado se não fornecer o produto a partir do 1º (primeiro) dia após o prazo estipulado no item 15.5 do Edital.

14.12.2. A multa em caso de inadimplemento da licitante vencedora será de 20% (vinte por cento) sobre o valor empenhado que, requisitado, deixar de ser entregue.

14.12.2.1. A licitante vencedora será considerada inadimplente se a partir do 15º (décimo quinto) dia da não entrega do produto/serviço, após o prazo estipulado no item 15.5 deste Edital.

14.12.2.2. A licitante vencedora também será considerada inadimplente se não cumprir com as condições estipuladas no Termo de Referência em anexo ao presente edital.

14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar este edital, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes, direito à reclamação ou indenização.

15.2. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.

15.3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, após o término da fase de lances do pregão.

15.4. As condições e preços acolhidos na proposta aceita serão irreversíveis, na forma determinada pelo Edital.

15.5. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período da contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório.

15.6. A licitante vencedora deverá entregar os produtos no Prédio da Biblioteca Central, na sala do Núcleo de Aquisição, Telefone 55 3220-8649, conforme endereço abaixo:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
BIBLIOTECA CENTRAL – Prédio 30
Núcleo de Aquisição
Campus Universitário – Bairro Camobi
CEP: 97105-900,
Santa Maria – RS

15.7. O objeto ofertado fora das especificações ficará sujeito à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus para a Universidade.

15.8. No caso de não haver expediente no dia marcado para a realização esta licitação, a mesma será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições.

15.9. O resultado desta Licitação estará disponível, após a homologação, no sítio <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/livre/Resultado/conrelit00.asp> e na página da UFSM, no endereço <http://coral.ufsm.br/demapa/index.php/licitacoes/resultado>.

15.10. Cópias deste Edital estão disponíveis para download nos portais www.gov.br/compras e site.ufsm.br.

15.11 Em atendimento à Lei nº. 12.846/2013, para a participação neste certame, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste certame, ou de outra forma que não relacionada a este certame, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

15.12. As dúvidas e inadimplência serão resolvidas no foro da Justiça Federal no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria.

15.13. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados ao pregoeiro, exclusivamente através do endereço eletrônico: pregao@ufsm.br.

TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO 234/2022

1. Objeto da Licitação:

- 1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO IMPRESSO NACIONAIS, destinados à Biblioteca Central da UFSM, com assuntos pertinentes das seguintes áreas do conhecimento:

Item	Descrição	Editoras	Valor Estimado (R\$)	Percentual mínimo de desconto (%)
1	Publicações nacionais nas áreas de: Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Linguística, Letras e Artes.	Comerciais, Oficiais e Universitárias e Associativas	530.000,00	27%

2. Condições de fornecimento:

2.1. Os títulos poderão ser publicados por editoras comerciais, oficiais, universitárias e associativas. Os títulos solicitados poderão estar à venda pelas editoras ou por suas empresas parceiras na modalidade impressão sob demanda (POD).

2.1.1 Os exemplares deverão ser novos, sem uso anterior, estarem em bom estado físico e de conservação; e serem entregue acondicionado em caixas devidamente protegidas e lacradas.

2.2. Deverá ser cotada a edição mais atualizada publicada de cada título solicitado.

2.3. Os catálogos e tabelas de preços das obras nacionais devem ser colocados à disposição da UFSM pelo licitante vencedor ou deverão ser utilizadas as informações dos catálogos *onlinedas* editoras.

2.4. A UFSM deverá encaminhar à licitante vencedora a relação dos livros em planilha eletrônica (formato .xls ou .xlsx) solicitando cotação (confirmação) da listagem de preços unitários para o fornecimento dos mesmos com especificação de desconto discriminado por item.

2.4.1 Serão preenchidas pela UFSM na planilha de cotação as informações relativas à descrição de cada obra solicitada (autoria, título, editora, *link* para catálogo online da respectiva editora e número de exemplares a serem fornecidos), preço de capa (conforme catálogo ou tabela de preço da respectiva editora) e valores conforme o desconto a ser oferecido pela licitante vencedora (preço unitário com desconto, preço total com desconto). Havendo divergência na precificação do material informado pela UFSM, a licitante deverá comprovar o preço corrigido. No caso de títulos solicitados que não puderem ser fornecidos por quaisquer motivos, a licitante vencedora deverá enviar justificativa ou comprovação para análise pela UFSM.



2.4.2. A licitante vencedora deverá cotar unitariamente os títulos solicitados utilizando exclusivamente a planilha enviada pela UFSM nas seguintes condições:

- manter na planilha as linhas relativas aos itens não cotados;
- manter a ordem das colunas conforme enviadas pela UFSM;
- as divergências relativas a especificação do material como autor, descrição e editora deverão ser colocadas na coluna "Observações" de cada título solicitado.

2.5. A licitante vencedora deverá apresentar em 20 dias consecutivos a contar do envio do pedido pela UFSM a listagem com os títulos cotados de forma unitária para o fornecimento dos livros objeto dos pedidos com especificação de desconto discriminado por item.

2.6. A UFSM deverá emitir uma Lista de Autorização de Fornecimento, que deverá conter as seguintes informações:

Número da Autorização de fornecimento, com data e identificação do pregão e empenhos a que se refere;

- Linhas numeradas por título solicitado contendo:
- Autoria da obra solicitada;
- Descrição da obra solicitada (título, número de volumes, se contém material adicional, etc);
- Editora responsável pela obra solicitada;
- Quantidade de exemplares a serem fornecidos;
- *Link* para o catálogo da editora respectiva, onde se comprova preço de capa;
- Precificação com desconto (valor unitário com desconto, valor total com desconto) por obra solicitada;
- Preço total da Autorização de fornecimento.

2.7. O material bibliográfico entregue pela licitante vencedora que não estiver em perfeitas condições e apresente qualquer tipo de erro em sua composição deverá ser trocado no prazo de 30 dias consecutivos sem qualquer ônus para a UFSM.

2.7.1. O recolhimento de materiais que venham à ser entregues com erros ou que sejam entregues por engano na UFSM, são de total responsabilidade da licitante vencedora.

2.8. No caso de títulos solicitados que não puderem ser fornecidos por quaisquer motivos, a licitante vencedora deverá enviar justificativa para análise pela UFSM. Documentos comprobatórios da justificativa podem ser solicitados pela UFSM.

2.8.1. No caso de títulos esgotados, deverá ser encaminhada carta de comprovação da empresa publicadora do livro **com data de no máximo 30 dias consecutivos antes do seu encaminhamento para a UFSM.**

2.9. O prazo de validade da cotação da licitante vencedora será de 60 dias

consecutivos a partir do recebimento da cotação pela UFSM.

2.10. Toda e qualquer comunicação com o licitante vencedor referente ao envio de listas para cotação, autorizações, documentação comprobatória referente a títulos esgotados ou divergência de precificação e informações sobre trocas de exemplares será por intermédio do seguinte endereço de e-mail: aquisicaobc@ufsm.br

2.11. Apenas as obras publicadas por editoras oficiais ou associativas cujos produtos não são comercializados com margem de desconto serão pagos com os valores constantes nas tabelas oficiais. Será exigida a comprovação dessa condição por meio de documento da respectiva editora.

2.11.1. Será cobrada aplicação do desconto vencedor para os produtos de todas editoras comerciais, mesmo que não forneçam desconto (ou ofereçam desconto diverso) à licitante vencedora ou que tenham parceria com outras empresas para fornecimento de obras em impressão sob demanda (POD).

2.12. As notas fiscais deverão conter títulos de uma única Lista de Autorização de Fornecimento. **Não serão aceitas notas fiscais com títulos de mais de uma Lista de Autorização de Fornecimento.** Na nota fiscal deverá constar o número da Lista de Autorização de Fornecimento a que corresponde a entrega, e, para cada título, sua respectiva editora e o número do item na Lista de Autorização de Fornecimento.

2.13. Na existência de pendência de entregas após transcorridos os 30 dias da lista de autorização, o licitante vencedor deverá ou comprovar impossibilidade de fornecimento dos exemplares não entregues ou solicitar à prorrogação de prazo consecutivamente até à finalização da entrega. Caso o licitante vencedor não cumpra este critério, a UFSM poderá acionar os respectivos artigos sobre penalidades deste edital na seção 14.

2.14. O licitante vencedor deverá ser capaz de fornecer à UFSM relatórios, sob demanda, que constem, em valores e por Lista de Autorização de Fornecimento:

- saldo de itens atendidos
- saldo de itens a serem atendidos
- saldo de itens dados com indisponibilidade de fornecer (após comprovação)

2.15. O não atendimento a uma ou mais condições deste Anexo, bem como das demais disposições do Edital, resultará em recusa de recebimento do material



ANEXO II

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CONTRATO __/2022

Que firmam a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM, CNPJ 95.591.764/0001-05, sediada na Cidade Universitária, em Santa Maria, neste ato representada pelo seu representante legal e a empresa, XXXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXX, XXX, Bairro XXXXXX, CEP: XXXXX-XXX, em XXXXXX – XX, CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, a seguir denominadas CONTRATANTE e CONTRATADA respectivamente, para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO IMPRESSO NACIONAL, DESTINADOS À BIBLIOTECA CENTRAL DA UFSM – CAMPUS SANTA MARIA** de acordo com o que prescreve a Lei 8666/93, alterada por Legislação Posterior, e Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, e em face do que consta no processo **23081.130522/2022-00** e da proposta da licitante vencedora do Pregão Eletrônico **234/2022**, que é parte integrante deste, firmam o presente CONTRATO, para o fim acima e de acordo com o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO IMPRESSO NACIONAL, DESTINADOS À BIBLIOTECA CENTRAL DA UFSM – CAMPUS SANTA MARIA**, obedecendo às condições em anexo ao presente contrato, como se aqui estivesse transcrito.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, fornecimento do produto em que trata o presente contrato, sob pena de rescisão contratual.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A CONTRATANTE poderá aumentar ou suprimir o objeto, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR DO CONTRATO

O valor total dos serviços é de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXX), conforme valores discriminados em anexo ao presente contrato, como se aqui estivesse transcrito.

CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas para cada local descrito na Cláusula Primeira deste Contrato, devidamente certificada pela unidades solicitantes da UFSM, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de entrega da fatura/nota fiscal na UFSM, desde que não haja impedimento legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O pagamento, se for o caso, será atualizado monetariamente pela variação IPCA-E, ocorrida no período; a partir da data do prazo final do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Não haverá reajustamento de preços nos primeiros 12 (doze) meses do Contrato, conforme determinam as Leis 9.069/95 e 10.192/2001.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Decorridos os 12 (doze) meses do Contrato, os preços serão reajustados baseados na variação do índice do IPCA-E do período.

SUBCLÁUSULA QUARTA

É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

A cessão de crédito dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para atender as despesas decorrentes a CONTRATANTE emitiu Nota de Empenho 2022XXXXXX.

CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir de XX/XX/XXXX, podendo a sua duração se estender até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante aditamentos.



SUBCLÁUSULA ÚNICA

O prazo de entrega total dos produtos não poderá exceder a 30 (trinta) dias a contar do envio da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência da prestação dos serviços, as condições de qualificação e habilitação exigidas para a contratação. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificações em questão, conforme art. 55, inciso XIII da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, ou por prepostos designados, podendo para isso:

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Demais condições no que tange a fiscalização do acompanhamento e da execução da presente contratação, encontram-se detalhadas no anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

As penalidades pela inexecução (artigo 77 da Lei 8.666/93) encontram-se previstas nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A advertência verbal ou escrita será aplicada, independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou das condições técnicas estabelecidas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

As penalidades a que está sujeita a CONTRATADA, a teor do que reza o art. 87 da Lei 8.666/93, são as seguintes:

- 1 advertência;
- 2 multa;
- 3 suspensão temporária de participação em licitações; e
- 4 impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e;
- 5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

As sanções administrativas por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no anexo ao Contrato.

CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

A CONTRATADA reconhece, na hipótese de rescisão administrativa, prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93, os direitos da CONTRATANTE, conforme prevê o art. 55, inciso IX, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA DA GESTÃO DO CONTRATO

Na forma do art. 67 da Lei nº 8.666/93, fica indicado como gestor o servidor Fernando Paganella Pires, matrícula SIAPE 2358693, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e, como gestora substituta a Servidora Flaiane de Souza Serpa, SIAPE 3221080.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA ANTICORRUPÇÃO LEI Nº. 12.846/2013

Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Federal, na cidade de Santa Maria, para dirimir as



questões oriundas deste CONTRATO.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DISPOSIÇÃO GERAL**

Fica acordado e entendido entre as partes que qualquer condição deste Contrato, que seja revogada por legislação superveniente, será considerada não escrita. Entretanto, o restante das cláusulas deste Contrato permanecerão em pleno efeito.

E, para constar, lavrou-se o presente TERMO DE CONTRATO, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, na presença das testemunhas abaixo firmadas, maiores e capazes.

TERMO DE REFERÊNCIA anexo ao contrato __/2022

1. Objeto da Licitação:

- 1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL BIBLIOGRÁFICO IMPRESSO NACIONAIS, destinados à Biblioteca Central da UFSM, com assuntos pertinentes das seguintes áreas do conhecimento:

Item	Descrição	Editoras	Valor Estimado (R\$)	Percentual mínimo de desconto (%)
1	Publicações nacionais nas áreas de: Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Linguística, Letras e Artes.	Comerciais, Oficiais e Universitárias e Associativas	530.000,00	27%

2. Condições de fornecimento:

2.1. Os títulos poderão ser publicados por editoras comerciais, oficiais, universitárias e associativas. Os títulos solicitados poderão estar à venda pelas editoras ou por suas empresas parceiras na modalidade impressão sob demanda (POD).

2.1.1 Os exemplares deverão ser novos, sem uso anterior, estarem em bom estado físico e de conservação; e serem entregue acondicionado em caixas devidamente protegidas e lacradas.

2.2. Deverá ser cotada a edição mais atualizada publicada de cada título solicitado.

2.3. Os catálogos e tabelas de preços das obras nacionais devem ser colocados à disposição da UFSM pelo licitante vencedor ou deverão ser utilizadas as informações dos catálogos *onlinedas* editoras.

2.4. A UFSM deverá encaminhar à licitante vencedora a relação dos livros em planilha eletrônica (formato .xls ou .xlsx) solicitando cotação (confirmação) da listagem de preços unitários para o fornecimento dos mesmos com especificação de desconto discriminado por item.

2.4.1 Serão preenchidas pela UFSM na planilha de cotação as informações relativas à descrição de cada obra solicitada (autoria, título, editora, *link* para catálogo online da respectiva editora e número de exemplares a serem fornecidos), preço de capa (conforme catálogo ou tabela de preço da respectiva editora) e valores conforme o desconto a ser oferecido pela licitante vencedora (preço unitário com desconto, preço total com desconto). Havendo divergência na precificação do material informado pela UFSM, a licitante deverá comprovar o preço corrigido. No caso de títulos solicitados que não puderem ser fornecidos por quaisquer motivos, a licitante vencedora deverá enviar justificativa ou comprovação para análise pela UFSM.



2.4.2. A licitante vencedora deverá cotar unitariamente os títulos solicitados utilizando exclusivamente a planilha enviada pela UFSM nas seguintes condições:

- manter na planilha as linhas relativas aos itens não cotados;
- manter a ordem das colunas conforme enviadas pela UFSM;
- as divergências relativas a especificação do material como autor, descrição e editora deverão ser colocadas na coluna "Observações" de cada título solicitado.

2.5. A licitante vencedora deverá apresentar em 20 dias consecutivos a contar do envio do pedido pela UFSM a listagem com os títulos cotados de forma unitária para o fornecimento dos livros objeto dos pedidos com especificação de desconto discriminado por item.

2.6. A UFSM deverá emitir uma Lista de Autorização de Fornecimento, que deverá conter as seguintes informações:

Número da Autorização de fornecimento, com data e identificação do pregão e empenhos a que se refere;

- Linhas numeradas por título solicitado contendo:
- Autoria da obra solicitada;
- Descrição da obra solicitada (título, número de volumes, se contém material adicional, etc);
- Editora responsável pela obra solicitada;
- Quantidade de exemplares a serem fornecidos;
- *Link* para o catálogo da editora respectiva, onde se comprova preço de capa;
- Precificação com desconto (valor unitário com desconto, valor total com desconto) por obra solicitada;
- Preço total da Autorização de fornecimento.

2.7. O material bibliográfico entregue pela licitante vencedora que não estiver em perfeitas condições e apresente qualquer tipo de erro em sua composição deverá ser trocado no prazo de 30 dias consecutivos sem qualquer ônus para a UFSM.

2.7.1. O recolhimento de materiais que venham à ser entregues com erros ou que sejam entregues por engano na UFSM, são de total responsabilidade da licitante vencedora.

2.8. No caso de títulos solicitados que não puderem ser fornecidos por quaisquer motivos, a licitante vencedora deverá enviar justificativa para análise pela UFSM. Documentos comprobatórios da justificativa podem ser solicitados pela UFSM.

2.8.2. No caso de títulos esgotados, deverá ser encaminhada carta de comprovação da empresa publicadora do livro **com data de no máximo 30 dias consecutivos antes do seu encaminhamento para a UFSM.**

2.15. O prazo de validade da cotação da licitante vencedora será de 60 dias

consecutivos a partir do recebimento da cotação pela UFSM.

2.16. Toda e qualquer comunicação com o licitante vencedor referente ao envio de listas para cotação, autorizações, documentação comprobatória referente a títulos esgotados ou divergência de precificação e informações sobre trocas de exemplares será por intermédio do seguinte endereço de e-mail: aquisicaobc@ufsm.br

2.17. Apenas as obras publicadas por editoras oficiais ou associativas cujos produtos não são comercializados com margem de desconto serão pagos com os valores constantes nas tabelas oficiais. Será exigida a comprovação dessa condição por meio de documento da respectiva editora.

2.11.1. Será cobrada aplicação do desconto vencedor para os produtos de todas editoras comerciais, mesmo que não forneçam desconto (ou ofereçam desconto diverso) à licitante vencedora ou que tenham parceria com outras empresas para fornecimento de obras em impressão sob demanda (POD).

2.18. As notas fiscais deverão conter títulos de uma única Lista de Autorização de Fornecimento. **Não serão aceitas notas fiscais com títulos de mais de uma Lista de Autorização de Fornecimento.** Na nota fiscal deverá constar o número da Lista de Autorização de Fornecimento a que corresponde a entrega, e, para cada título, sua respectiva editora e o número do item na Lista de Autorização de Fornecimento.

2.19. Na existência de pendência de entregas após transcorridos os 30 dias da lista de autorização, o licitante vencedor deverá ou comprovar impossibilidade de fornecimento dos exemplares não entregues ou solicitar à prorrogação de prazo consecutivamente até à finalização da entrega. Caso o licitante vencedor não cumpra este critério, a UFSM poderá acionar os respectivos artigos sobre penalidades deste edital na seção 14.

2.20. O licitante vencedor deverá ser capaz de fornecer à UFSM relatórios, sob demanda, que constem, em valores e por Lista de Autorização de Fornecimento:

- saldo de itens atendidos
- saldo de itens a serem atendidos
- saldo de itens dados com indisponibilidade de fornecer (após comprovação)

2.15. O não atendimento a uma ou mais condições deste Anexo, bem como das demais disposições do Edital, resultará em recusa de recebimento do material